



Índice

- 01 Índios vetam político na chefia da Sesai de MS
- 02 Índios esperam reunião com ministro da Justiça até esta sexta-feira
- 03 Delegado da PF se recusa a receber sindicalista ameaçado
- 04 Audiência vira palanque para produtores rurais e apenas um indígena comparece
- 05 Por causa do tratamento dado a índios em ônibus, MPF aciona BHTrans
- 06 Carta Pública dos Povos Indígenas do Brasil à presidenta Dilma Rousseff durante a V Conferência Nacional de Saúde Indígena
- 07 Nova regra de demarcação de Terras Indígenas vai diminuir a judicialização?
- 08 Dilma confirma desapropriação e imissão de posse de comunidades quilombolas
- 09 Indígenas se recusam a sentar com produtores rurais em audiência na Câmara
- 10 Documento revela que famílias tradicionais se apossaram de terras indígenas no MS
- 11 Índios e Funai boicotam audiência pública que discutiu "Paz no Campo"
- 12 Produtores e indígenas entram em acordo em Miranda
- 13 Brasil precisa de regras para artesanato com espécies nativas
- 14 MPF/ES entra com ação contra antiga Aracruz Celulose por grilagem de terras públicas
- 15 Sedihc realiza visita técnica a comunidades quilombolas



- 16** Dilma beneficia quilombolas no dia da morte de Mandela
- 17** Informe de Aty Guasu: Relatos da esposa e filhos (as) da liderança Guarani e Kaiowá Ambrósio Vilhalva
- 18** A propósito da proposta de mudança na sistemática de demarcação das terras indígenas
- 19** Ministro promete a lideranças indígenas discutir consulta sobre mudança em demarcação
- 20** Parlamentares verificam situação da TI Raposa Serra do Sol 5 anos após a retirada de não-índios
- 21** Fazendeiros desafiam Justiça e prometem leilão para bancar luta contra índios, mesmo com multa
- 22** Funai restringe entrada de pessoas em área de índios isolados no Amazonas
- 23** Proposta de mudar demarcação de áreas indígenas não resolve conflitos, diz SBR
- 24** Demarcação de terras indígenas volta a tensionar relação do governo com ruralistas
- 25** Em 2014, Funai poderá reconhecer duas comunidades indígenas no Piauí
- 26** Indígena dispara flecha e acerta irmão
- 27** Caciques e diretores debatem educação indígena no Paraná
- 28** Operação Envira
- 29** Formação Indígena é discutida em mesa redonda do Profebpar em Imperatriz
- 30** Acadêmicos indígenas da Ufac apresentam TCC no Campus Floresta



- 31** Os inimigos do MS
- 32** UFMG vai selecionar indígenas para curso de formação de educadores na área de matemática
- 33** Avião que caiu no Pará era de Imperatriz
- 34** Servidores temem que Conferência Nacional de Saúde Indígena não discuta soluções para reestruturar Sesai.



Índios vetam político na chefia da Sesai de MS

SÍTIO O PROGRESSO, 06.12.2013

Ministério fará plano emergencial para recuperar saúde Indígena de Mato Grosso do Sul. Enquanto isso, índios e políticos disputam indicação do novo chefe da Sesai



Indígenas de todo o Brasil participam de conferência para solucionar crise na Saúde Indígena.
(Foto: Agência Brasil)

Lideranças indígenas e parlamentares da bancada federal do PT de Mato Grosso do Sul disputam a indicação do novo chefe da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) de MS. Se por um lado a bancada estaria defendendo, segundo os indígenas, o nome do ex-candidato a prefeito de Sonora, Cleber Fernandes de Moura (PT), para o cargo, por outro, as lideranças indicam o terena douradense Fernando de Souza como novo chefe da Sesai. Ele substituiria Nelson Olazar, que teve a exoneração oficialmente publicada ontem.

De acordo com o indígena Valcélvio Terena, da Aldeia Buriti, em Sidrolândia, a comunidade quer um indígena à frente da Secretaria. "Nós não vamos aceitar esta proposta da bancada do PT. Queremos sair daqui de Brasília com a garantia da nomeação de Fernando de Souza para a coordenação da Sesai. Vamos fazer o que for necessário para conquistar este objetivo", destaca observando que esta decisão da Sesai nacional deverá ocorrer até a próxima sexta-feira, quando termina a Conferência Nacional de Saúde Indígena.

Plano emergencial

CONT.



De acordo com as lideranças de Dourados que acompanham a Conferência, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, determinou a elaboração de um plano emergencial para restabelecer a saúde indígena de Dourados, que estaria em crise. Segundo o líder terena Fernando de Souza, as lideranças entregaram um dossiê sobre a situação crítica no atendimento a Saúde nas aldeias. "Uma equipe de Brasília virá in loco analisar a situação e preparar um plano que deverá ser colocado em prática de forma imediata", destaca.

Segundo ele, em nível nacional a Conferência recebeu mais de 1 mil propostas para melhorar a Saúde Indígena. Destas, 35 são de Mato Grosso do Sul e estão relacionadas a soluções para a burocracia no abastecimento das Unidades de Saúde, compra de materiais e manutenção de serviços básicos como a frota de veículos que está sucateada em todo o Estado. "Tudo será analisado e formará uma grande proposta que servirá para mudar a política de Saúde indígena em todo o território Nacional", explica.

Outro lado

Nelson Olazar pediu exoneração do cargo no último dia 15 durante a Conferência Distrital da Saúde Indígena que foi marcada por ondas de protestos. O chefe da Sesai, Nelson Olazar, alegou, na época, que não suportou a pressão e que foi vítima de acusações difamatórias. "Me acusaram de incompetência e fizeram insinuações perguntando onde está o dinheiro da Sesai, são incriminações sem foco, sem fundamentos, mas que desgastam", reclama Olazar. Diante das acusações, ele nega que durante a gestão tenha sido desonesto. "Não admito que duvidem do meu caráter, é muito difícil fazer tudo certo e ainda ter gente falando mal, tenho um nome a zelar", disse.

De acordo com as lideranças, até a definição do novo coordenador, ficará à frente da pasta o servidor da Sesai, Luiz Antônio Júnior.



Índios esperam reunião com ministro da Justiça até esta sexta-feira
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 05.12.2013

Prazo foi estipulado após recusa de José Eduardo Cardozo durante manifestação contra novas regras de demarcação em Brasília

Os índios deram ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, até esta sexta-feira (6) para que atenda à reivindicação de realizar uma reunião sobre as novas regras para os processos de demarcação. As lideranças indígenas lutam pela manutenção do atual decreto que regulamenta tal atividade, o Decreto nº 1775/96. O prazo se encerra no mesmo dia em que acaba a V Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em Brasília. A proposta de portaria anunciada pela pasta atende a pleito da bancada ruralista do Congresso Nacional.

Nessa quarta-feira (5), em manifestação realizada na porta do Ministério, emissários do ministro acordaram uma audiência entre Cardozo e 50 indígenas, sendo dez por região do país. Posteriormente, quando os índios entraram para o encontro, o assessor especial da Justiça, Marcelo Veiga, informou que Cardozo não poderia participar, pois teria outra agenda. Ao assessor, os indígenas reforçaram que não querem discutir pontos da proposta de portaria, apenas exigem que ela não seja publicada.

Dessa forma, os índios resolveram encerrar a audiência e estabeleceram o prazo para uma nova reunião, desta vez, com a presença de Cardozo. Durante a saída dos indígenas, Veiga disse que "gostaria que vocês [índios] não entendessem essa portaria como uma imposição do governo, pois (...) ela faz parte de um acordo com os indígenas da CNPI [Comissão Nacional de Política Indigenista]: um grupo pequeno a analisaria e depois ela seria levada para a CNPI". Entretanto, integrantes da bancada indígena da CNPI declararam que a informação não procede e ainda atende às tentativas do governo de "tentar dividir o movimento". A CNPI se reunirá na semana que vem para tratar do assunto.

Em uma manifestação realizada no Planalto, houve confronto com os policiais e foi usado spray de pimenta contra os índios. Outro confronto aconteceu em uma manifestação pela manhã, também na quarta, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), local do congresso. Três índios ficaram feridos e foram levados ao hospital.

Durante a mobilização, os índios entregaram ao governo federal uma carta direcionada à presidente Dilma Rousseff, na qual lamentam que, diante das recentes iniciativas elaboradas para inviabilizar de vez as demarcações e beneficiar setores como o agronegócio, mineradoras e empreiteiras, o governo Dilma "poderá passar para a história como um governo verdadeiramente anti-indígena: o que menos demarcou terras indígenas, e o que mais avançou na restrição ou supressão dos direitos dos povos indígenas do Brasil". Eles também solicitam a inviabilização da publicação da nova portaria e a revogação de todas as portarias e decretos que ameaçam os seus direitos.

CONT.



Em outubro deste ano, durante a Mobilização Nacional Indígena, presidente também não recebeu os índios. Na época, uma carta foi enviada à presidente, na qual os indígenas definiam a jogada dos ruralistas na aprovação dos projetos que afrontam os direitos indígenas (como a PEC 215/2000), claramente inconstitucionais, e comparada à adequação que fizeram do atual Código Florestal (Lei nº 12.651) para benefícios às multinacionais do agronegócio.

O Ministério da Justiça divulgou, na noite dessa terça-feira (3), que índios, entidades indigenistas, órgãos governamentais e associações de agricultores poderão sugerir mudanças na redação final da portaria que define as novas regras das demarcações de terras indígenas. O comunicado, segundo a Agência Brasil, também explica - porém sem convencer -, que a portaria tem o objetivo de solucionar os conflitos com produtores rurais nos processos de demarcação.

O órgão declarou ainda que a intenção da portaria é "dar poderes" à Funai para que possa "mediar os conflitos envolvendo a demarcação de terras indígenas" e permitir a participação nos processos de demarcação de outros órgãos "interessados", como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e os ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura. "Contrariamente às alegações do governo, a portaria eterniza a não demarcação de terras indígenas, fragiliza por vez a Funai, e desenha um quadro assustador de acirramento", afirma a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em nota divulgada nessa terça-feira.

Atentam contra os direitos indígenas o PLP 227/2012, que permite concessões a latifundiários de terras demarcadas em áreas de fronteira e define como de "relevante interesse da União" projetos desenvolvimentistas, como dutos, estações logísticas e empresas extrativistas; a PEC 215/2000, que transfere do Executivo para o Congresso a decisão final sobre as demarcações de terras indígenas, abrindo prerrogativa para a revisão de processos já homologados - caso do território indígena de Aracruz, no norte do Espírito Santo - e para terras quilombolas e Unidades de Conservação (UCs).

Também tramita no Congresso Nacional a PEC 038/99, que dá ao Senado Federal competência privativa para aprovar processos de demarcação de terras indígenas; a PEC 237/13, que permite o arrendamento das terras indígenas para grandes produtores rurais; e ainda o Projeto de Lei 1610/96, que permite a mineração em territórios demarcados. Os índios exigem ainda a extinção da Portaria 303, da Advocacia Geral da União (AGU) que, embora suspensa, ainda é tema de articulações da bancada ruralista.

PUBLICIDADE

Delegado da PF se recusa a receber sindicalista ameaçado

SÍTIO VIOMUNDO, 05.12.2013

Ameaças e intimidações colocam em risco a vida do Presidente da FETEMS/CUT da Assessoria de Imprensa – CUT Nacional, via e-mail



O presidente da FETEMS/CUT (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul), professor Roberto Magno Botareli Cesar, foi nesta quinta-feira (5) à sede da Polícia Federal em Campo Grande-MS, denunciar ameaças de morte e intimidações que vem sofrendo desde ontem. Apesar da gravidade dos fatos, o delegado se recusou a recebê-lo. Quem registrou o Boletim de Ocorrência (BO) foi o escrivão de plantão.

Para garantir proteção ao dirigente e investigação séria e detalhada sobre os fatos, o presidente da CUT, Vagner Freitas,

encaminhou na manhã desta quinta, um ofício ao Ministério da Justiça e à Secretaria Geral da Presidência da República.

A intimidação feita a Roberto na manhã de hoje ocorreu por volta das sete horas, quando um motoqueiro que se apresentou como jornalista, mas não mostrou nenhum crachá de identificação, foi à sede da Federação procurar o dirigente. Pelas perguntas, o motoqueiro deixou claro que sabe detalhes da rotina do presidente da FETEMS/CUT. Quando a recepcionista disse que ele não estava, por exemplo, o rapaz perguntou: Ele não está fazendo a caminhada que faz todos os dias? Ontem, uma pessoa que se identificou como "Maurício Pistoleiro" foi mais explícita: ligou no telefone fixo da FETEMS/CUT e ameaçou o dirigente de morte.

Roberto e outros dirigentes da Federação relacionam as ameaças e intimidações ao fato de os movimentos sociais terem conseguido impedir a realização de um leilão que os fazendeiros da região iriam fazer no próximo sábado para arrecadar dinheiro para contratar seguranças armados para atuar nas áreas de conflito de terras com os indígenes sul-mato-grossenses.

Isso porque, Roberto recebeu a ligação ameaçadora momentos após a Justiça Federal em Mato Grosso do Sul suspender o chamado "Leilão da Resistência", organizado pela Acrissul (Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul), que esperava levantar R\$ 3 milhões. A juíza Janete Cabral considerou que o leilão constitui um incentivo à violência fundiária.

CONT.



A disputa de terras entre índios e produtores rurais tem histórico violento no Estado. Segundo a Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), 80 propriedades estão ocupadas por indígenas no Estado. Em 30 de maio, o índio terena Oziel Gabriel foi morto durante uma operação policial para retirada dos indígenas da fazenda Buriti, no município de Sidrolândia (MS).

Em setembro, durante a 6ª Conferência da Educação Pública, em Aparecida do Taboado, a FETEMS/CUT homenageou Oziel e familiares. O terena assassinado era um estudante universitário que lutava pela retomada do seu território. Em sua fala, Roberto lamentou o fato do estado do Mato Grosso do Sul concentrar mais de 50% dos assassinatos de índios no país. Roberto disse, então, que a 6ª conferência, além de um espaço para debater o Plano Nacional de Educação, os desafios do movimento sindical, era também o momento ideal para reafirmar o compromisso da entidade com a diversidade, para discutir a educação no campo, na cidade, indígena e quilombola e, também, para fortalecer o compromisso das professoras, dos professores e dos dirigentes sindicais com uma escola pública inclusiva, democrática e comprometida com os valores da solidariedade e da igualdade.

A FETEMS/CUT é a maior entidade sindical de Mato Grosso do Sul, tem 72 Sindicatos Municipais de Trabalhadores em Educação (Simted's) filiados e o professor Roberto representa mais de 25 mil trabalhadores/as.



Audiência vira palanque para produtores rurais e apenas um indígena comparece
SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 05.12.2013



A Audiência Pública 'Paz no Campo' realizado na tarde desta quinta-feira (5), na Câmara Municipal de Campo Grande, acabou se tornando um palanque para os produtores rurais. A única representação indígena que compareceu ao evento foi o cacique terena Vânio Lara, da Aldeia Urbana Darcy Ribeiro, em Campo Grande.

Representantes da Famasul (Federação de Agricultura e Pecuário de Mato Grosso do Sul), Acrissul (Associação de Criadores de MS), a produtora rural, Luana Ruiz, o advogado de produtores, Newley Amarilla, e deputado estadual da banca ruralista, Zé Teixeira (DEM), foram os que ocuparam a maior parte dos lugares da mesa de discussão.

Além do cacique, coube ao presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MS (Ordem dos Advogados do Brasil), Jonathan Loureiro, e a presidente da Comissão de Assuntos Indígenas, Sâmia Roger Jordy, as falas em favor dos povos indígenas. "Temos que desmistificar essa falácia de que demarcação de terra não traz desenvolvimento", defendeu Sâmia.

A produtora rural, Luana Ruiz, atacou o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), entidade ligada à igreja católica, além de contar sua experiência pessoal de ter a 16 anos suas terras ocupadas por indígenas. "O Cimi recebe dinheiro de ONGs internacionais que deveria ser aplicado em educação e para dar dignidade aos índios, mas o dinheiro também vem para financiar as retomadas", acusa.

As sugestões de investir na educação dos indígenas, o cacique terena rebateu. "Que tipo de educação querem dar para nós? Nós já temos educação", afirmou. Vânio ainda questionou os estereótipos atribuídos aos indígenas dizendo que se índio não trabalha como então eles fazem para se sustentar.



Por causa do tratamento dado a índios em ônibus, MPF aciona BHTrans

SÍTIO CEDEFES, 05.12.2013

Órgão recomendou que empresa de transportes oriente os motoristas e cobradores a tratarem usuários indígenas de maneira diferente por causa dos trajes que eles usam ou da cultura

A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) deverá orientar os motoristas de ônibus a não destratar os usuários indígenas do transporte coletivo. A recomendação foi divulgada nesta terça-feira (3) pelo Ministério Público Federal (MPF) após receber diversas denúncias por parte de índios pataxós que se sentem discriminados ao embarcar em um ônibus da capital mineira.

De acordo com a denúncia do MPF, os índios disseram que funcionários das empresas de ônibus tem dificultado e, em alguns casos, até impedido o ingresso deles em coletivos municipais, usando como argumento o modo de vestir indígena como empecilho para a utilização do serviço. Além disso, eles também relataram que se sentem humilhados ao ouvirem comentários depreciativos por parte dos funcionários.

Segundo o órgão, "os atos de preconceito têm provocado grande constrangimento e sofrimento aos índios que vivem ou transitam por Belo Horizonte, atingindo ainda valores fundamentais da coletividade indígena, como costumes e tradições culturais, entre os quais se encontra o próprio modo de se vestirem".

Legislação

Os relatos de índios especificam a linha 5502, que atende o bairro Jardim Vitória, na região Nordeste da capital, como o lugar onde sofreram mais preconceito.

O comportamento de motoristas e cobradores desta linha vão contra o artigo 12 da Lei 7.716/89, que deixa claro que impedir o acesso ou uso de transportes públicos por motivo de discriminação é crime, com pena de 1 a 3 anos de prisão. Além disso, o artigo 58 do Estatuto do Índio também enquadra como crime o "ato de escarnecer de cerimônia, rito, uso, costume ou tradição e cultura indígenas ou de perturbar de qualquer modo a sua prática", com pena de detenção de 6 meses a 2 anos.

Recomendação

De acordo com o procurador regional dos Direitos do Cidadão, Edmundo Antonio Dias, "a recusa na prestação do serviço de transporte público, além de constituir o crime previsto no artigo 12 da Lei 7.716/89, pode, na esfera cível, acarretar a responsabilização civil das empresas concessionárias do serviço de transporte pelo dano moral coletivo causado a indígenas não aldeados, da etnia Pataxó, que residem em Belo Horizonte".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222 / 2013

Brasília, 06 de dezembro de 2013.

Desta forma, o MPF recomendou que a BHTrans instaure os devidos procedimentos administrativos contra as empresas concessionárias de transporte coletivo em caso de notícia de ocorrência de atos discriminatórios praticados por seus funcionários e que as empresas submetam os empregados a cursos de formação que tenham por tema o direito à igualdade e o respeito à diversidade, deixando claras as penalidades que deverão ser sofridas em decorrência da discriminação.

Resposta

A assessoria de comunicação da BHTrans informou que ainda não recebeu a notificação oficial do MPF e que só após isso é que saberá quais os procedimentos irá tomar. O órgão também esclareceu que a denúncia se refere a apenas um indígena, que procurou a empresa no dia 12 de novembro e fez uma reclamação por escrito em relação ao tratamento que teve na linha 5502. Ainda de acordo com a BHTrans, o indígena teve a resposta da empresa no mesmo dia em que fez a reclamação, e que o consórcio que opera a linha já foi acionado para tomar as medidas cabíveis.

Fonte: O Tempo



Carta Pública dos Povos Indígenas do Brasil à presidenta Dilma Rousseff durante a V Conferência Nacional de Saúde Indígena
SÍTIO CEDEFES, 05.12.2013

À Excelentíssima Senhora
Dilma Rousseff
Presidenta da República Federativa do Brasil
Brasília-DF

Senhora Presidenta:

Nós, povos indígenas de todas as regiões do Brasil, mobilizados por ocasião da V Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em Brasília – DF, entre os dias 02 e 06 de dezembro de 2013, entendendo que não faz sentido discutir a saúde e outras políticas públicas específicas e diferenciadas voltadas a nós se não é garantida a demarcação e proteção dos nossos territórios, queremos nos dirigir a seu governo e ao parlamento brasileiro, manifestando a nossa indignação e repúdio contra as distintas medidas legislativas, jurídicas e político-administrativas que ambos os poderes vêm trabalhando em visível acordo para restringir e suprimir os nossos direitos originários assegurados pela Constituição Federal e reconhecidos pela legislação internacional vigente.

Destacamos dentre todas essas medidas as Portarias 419/2011 e 303/2012; o Decreto 7957/2013; as PECs 215/2000, 237/2013 e 038/1999; o PL 1610/1996 e o PLP 227/2012; e, finalmente, a Minuta de Portaria anunciada pelo Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, propondo mudanças no procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas.

Nós sabemos, senhora Presidenta, que todos esses instrumentos buscam inviabilizar e impedir o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas, reabrir e rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados; e facilitar a invasão, exploração e mercantilização dos nossos territórios e suas riquezas. Por isso reiteramos o teor de todos os documentos que as distintas mobilizações dos nossos povos e organizações tornaram públicos e encaminharam para seu conhecimento nos últimos anos. No caso da minuta de Portaria, entendemos que foi elaborada para inviabilizar de vez a demarcação das nossas terras, visando favorecer os interesses do latifúndio, do agronegócio e de outros capitais (mineradoras, madeireiras, agroindústrias, empreitas etc.) interessados nesses territórios. Com essa perspectiva, presidenta Dilma, lamentavelmente o seu governo poderá passar para a história como um governo verdadeiramente antiindígena: o que menos demarcou terras indígenas e o que mais avançou na restrição ou supressão dos direitos dos povos indígenas do Brasil.

Se seu governo é de fato diferente senhora Presidenta demonstre isso atendendo as reivindicações abaixo, a maioria das quais foi objeto de discussão entre a vossa excelência e representantes dos nossos povos no dia 10 de julho do corrente.

CONT.



1. Incidência efetiva do seu governo junto ao Congresso Nacional para o arquivamento das Propostas de Emendas à Constituição (PEC) 038 e 215 que pretendem transferir para o Senado e Congresso Nacional respectivamente a competência de demarcar as terras indígenas, usurpando uma prerrogativa constitucional do Poder Executivo.
2. Adotar o mesmo procedimento para a PEC 237/13 que visa legalizar o arrendamento das nossas terras, do PL 1610/96 de Mineração em Terras Indígenas, do PL 227/12.
3. Fortalecer e dar todas as condições necessárias para que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) cumpra devidamente o seu papel na Demarcação, proteção e vigilância de todas as terras indígenas.
4. É fundamental para isso, inviabilizar a publicação da Minuta de Portaria proposta pelo Ministro da Justiça José Cardozo contra o marco legal vigente, o Decreto 1775/96, que já estabelece o procedimento de demarcação das terras indígenas.
5. Ao contrário, queremos que seu governo agilize metas concretas de demarcação para colocar fim ao sofrimento de muitos povos indígenas expulsos de suas terras tradicionais principalmente nas regiões do sul, nordeste e de Mato Grosso do Sul.
6. Exigimos a revogação de todas as Portarias e Decretos que ameaçam os nossos direitos originários e a integridade dos nossos territórios, a vida e cultura dos nossos povos e comunidades:
 - Portaria 303, de 17 de julho de 2012, iniciativa do poder Executivo, por meio da Advocacia Geral da União (AGU) que estende equivocadamente a aplicação para todas as terras a aplicabilidade das condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do caso Raposa Serra do Sol (Petição 3.388/RR).
 - Portaria Interministerial 419 de 28 de outubro de 2011, que restringe o prazo para que órgãos e entidades da administração pública agilizem os licenciamentos ambientais de empreendimentos de infra-estrutura que atingem terras indígenas.
 - Decreto nº 7.957, de 13 de março de 2013. Cria o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente, regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental e altera o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004. Com esse decreto, "de caráter preventivo ou repressivo", foi criada a Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública, tendo como uma de suas atribuições "prestar auxílio à realização de levantamentos e laudos técnicos sobre impactos ambientais negativos". Na prática isso significa a criação de instrumento estatal para repressão militarizada de toda e qualquer ação de povos indígenas, comunidades, organizações e movimentos sociais que decidam se posicionar contra empreendimentos que impactem seus territórios.
7. Reivindicamos também do seu Governo políticas públicas específicas, efetivas e de qualidade, nas áreas da saúde, da educação e da sustentabilidade, entre outros.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222 / 2013

Brasília, 06 de dezembro de 2013.

8. Aguardamos ainda com grande expectativa que seu governo crie por meio de Decreto o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e se comprometa com a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas no Congresso Nacional.

Pela defesa dos nossos territórios e da Mãe Natureza.

Mobilização Indígena Nacional

Brasília-DF, 04 de dezembro de 2013.

Fonte: Mobilização Indígena Nacional



Nova regra de demarcação de Terras Indígenas vai diminuir a judicialização?

SÍTIO CEDEFES, 05.12.2013

Acampamento de índios, em Brasília, no começo de outubro, na semana de mobilização contra propostas anti-índigenas do governo e do Congresso

Após meses de pressão de parlamentares e organizações ligados ao agronegócio, o Ministério da Justiça apresentou sua proposta de modificação das regras de demarcação de Terras Indígenas, sob críticas das organizações indígenas (saiba mais). O discurso oficial, repetido à exaustão, é de que a nova regra pretende “diminuir a judicialização” dos processos de demarcação, dando a entender que isso, afinal, aceleraria o reconhecimento de direitos territoriais dos povos indígenas. Não seria, nesse sentido, uma mera sucumbência à pressão da elite agrária, mas um “aperfeiçoamento jurídico”. Será mesmo?

Quem se der o trabalho de ler a proposta identificará, logo de cara, algo inusitado para um procedimento que busca proteger direitos: já nos sete primeiros artigos a palavra “indeferimento” aparece três vezes, para tratar da demanda pelo reconhecimento de terra por parte dos índios. Embora seja um princípio de qualquer processo administrativo que avalie a demanda de qualquer interessado, desconheço outro regulamento administrativo que reitere de forma tão veemente essa possibilidade de rejeição do pedido, o que diz muito sobre os pressupostos da medida.

Segundo a proposta, se a demanda por demarcação passar por três fases de “morte súbita” sucessivas, ela desaguará na criação de um grupo de trabalho, que poderá ter até 15 membros “oficiais”, fora os assistentes que poderão ser nomeados por qualquer interessado. Não será fácil compatibilizar as agendas, que não estarão exclusivamente dedicados a esse trabalho. Como já há grupos de trabalho que estão em funcionamento há mais de oito anos, tudo indica que, com essa alteração, os processos vão se eternizar.

Mas essa não é a questão central, embora seja importante. Caso o grupo chegue a uma conclusão – e o texto do governo prevê que poderá haver posições divergentes, a serem expressas quase que em processos separados – e apresente uma proposta de demarcação, confirmando a existência de ocupação tradicional indígena, haverá um verdadeiro banquete para os advogados dos donos de terra. Com tanta gente integrando o processo, a possibilidade de tantas posições divergentes e tantas fases a serem vencidas, será mais provável a ocorrência de pequenos vícios formais – uma reunião ou visita de campo na qual o membro do Ministério da Agricultura e Pecuária não pôde participar, um edital que não foi afixado no prazo em alguma das diversas paredes de órgãos públicos que ele agora deve preencher – que farão a alegria de qualquer um que queira travar o processo. É um tipo de regra feito para não ser cumprido. Talvez propositalmente.

O equívoco (ou hipocrisia) maior do discurso oficial está em acreditar que burocratizar o

CONT.



procedimento administrativo redundará em menor judicialização. Tremendo engano. Ela não ocorre porque os fazendeiros se sentem injustiçados por um processo administrativo obscuro, como alegado, muito embora isso possa ocorrer pontualmente. Ela ocorre porque eles não querem perder o seu patrimônio, seja ele resultado de compra legítima de terra ou grilagem. Portanto, a única hipótese na qual a alteração de rito significaria menos ações judiciais é se ela de fato impedir a demarcação de novas terras. Se não há novas áreas a serem demarcadas, não há por que brigar na Justiça. Se, no entanto, o antropólogo, que deverá coordenar o grupo de trabalho de identificação da Terra Indígena, eventualmente conseguir coordenar a participação de todos os membros desse grupo e vencer as diversas fases, fizer seu relatório e isso redundar numa proposta de área que afete os interesses de um dono de terra, ele deverá recorrer ao Judiciário. O problema dele não é o processo, mas o seu resultado. Qualquer resultado que implique em novas terras aos índios será contestado judicialmente, já que a disputa é pela terra.

Por outro lado, a paralisação dos processos ou a eventual mutilação de propostas de demarcação para atender a interesses contrariados, que agora estarão representados no grupo de trabalho, deverão resultar em contestações judiciais por parte dos grupos indígenas interessados ou do Ministério Público Federal (MPF), a exemplo do que ocorria no período da redemocratização do país, quando, a despeito da promulgação da Constituição de 88, a política indigenista oficial ainda se mantinha militarizada.

Fonte: Raul do Valle, ISA



Dilma confirma desapropriação e imissão de posse de comunidades quilombolas
SÍTIO CEDEFES, 05.12.2013

A presidenta Dilma Rousseff confirmou que vai assinar na tarde de hoje (5) os decretos de desapropriação e imissão de posse das áreas ocupadas por dez comunidades quilombolas em oito estados brasileiros. Por meio do microblog Twitter, Dilma disse que, além dessas medidas, o governo vai assegurar o acesso dos beneficiados ao crédito subsidiado do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

"Hoje, avançamos no resgate histórico com desapropriação e imissão de posse para comunidades. Além de reconhecer e titular os territórios, vamos também assegurar às famílias o acesso ao crédito subsidiado do Pronaf. O Brasil é um país de muitas cores, raças e culturas. Temos a missão de construir um país de oportunidade para todos, sem discriminação", escreveu a presidenta.

Segundo ela, o governo, por meio dessas medidas, está criando condições para superar a exclusão social que marca as comunidades quilombolas.

Para a cerimônia de assinatura dos decretos presidenciais, nesta tarde, no Palácio do Planalto, Dilma vai receber os ministros da Igualdade Racial, Luiza Bairros; do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior; do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho; e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello.

Também vão participar do evento, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes; a secretária de Patrimônio da União, Cassandra Nunes; representantes do movimento negro e de comunidades quilombolas; do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU); do Judiciário; do Ministério Público; além de parlamentares e embaixadores, entre outras autoridades.

Fonte: Carolina Sarres, Repórter da Agência Brasil



Indígenas se recusam a sentar com produtores rurais em audiência na Câmara
SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 05.12.2013

Marcada para as 14 h00 desta quinta-feira (05), a audiência pública na Câmara Municipal, intitulada 'Paz no Campo', corre o risco de não ter uma presença significativa dos índios. A reunião foi convocada pela Comissão Permanente de Cidadania e Direitos Humanos que enviou 120 ofícios de convite, sendo deles 85 só para lideranças indígenas.

"Ficaria muito chateada se o debate não acontecer com os dois lados, pois queremos entender os lados dos produtores rurais e o dos índios. Tivemos a informações que grande parte das lideranças indígenas não tem o interesse de sentar com os fazendeiros para conversar sobre o tema. Da nossa parte viabilizamos uma estrutura para a presença dos índios pudesse ocorrer", afirmou a vereadora Juliana Zorzo (PSC) que integra a comissão.

O coordenador regional da Funai (Fundação Nacional do Índio), Marco Aurélio Milken Tosta, comunicou na quarta-feira (04) que não poderia estar no evento, em razão de uma viagem já marcada anteriormente. Só da Aldeia Urbana Darci Ribeiro pelo menos 60 indígenas viriam a reunião, porém desistiram apesar do ônibus disponibilizado.

O Conselho Indigenista Missionário, ligado a Igreja Católica, também não confirmou presença na Audiência Pública. Já a OAB/MS estará na reunião, representada pela procuradora do município, Sâmia Roger Jordy, que preside a Comissão de Assuntos Indígenas da entidade.

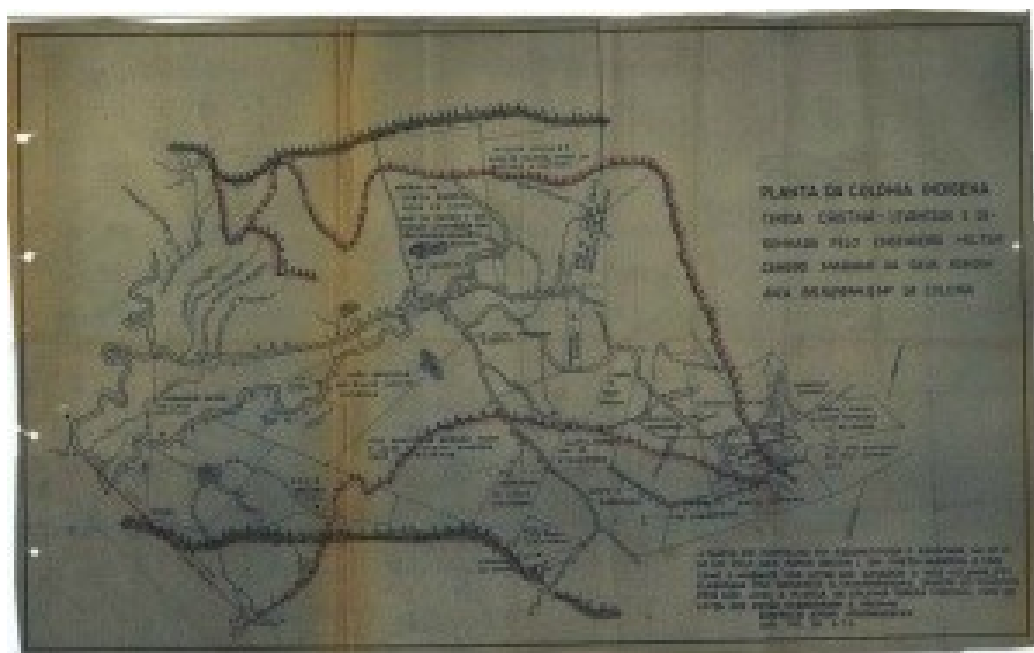
"Os índios se sentem ameaçados, e não acham que este seja o espaço ideal para esta reunião. É normal, pois muitos dos produtores rurais da sala são pessoas com as quais eles tem um conflito" diz Paulo Ângelo, do CDDDH Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza, um dos poucos representantes dos movimentos sociais presentes.

A Audiência Pública está sendo realizada no Plenário Edroim Reverdito, dentro da Casa de Leis, localizada na Avenida Ricardo Brandão, nº 1.600, Bairro Jatiuka Park. A participação é aberta a todos da sociedade civil.

Documento revela que famílias tradicionais se apossaram de terras indígenas no MS
SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 05.12.2013

Depoimentos feitos em CPIs que funcionaram em 1955 e em 1962 indicavam que terras indígenas foram arrendadas ou vendidas com o aval do Estado.

A reportagem é de Luciana Lima e publicada pelo portal Ig, 12-06-2013.



O Relatório Figueiredo, produzido em 1967 e redescoberto recentemente, já descrevia detalhadamente os conflitos agrários em terras indígenas que atualmente são base da violência no campo registrada no Mato Grosso do Sul. O documento aponta que nas duas comissões parlamentares de inquérito, que funcionaram em 1955 e em 1963, terras indígenas eram arrendadas ou vendidas, com aval do Estado, responsável por emitir os títulos.

A primeira CPMI, em 1955, funcionou com o objetivo de anular a doação de terras feitas pelo governo do antigo Mato Grosso. A segunda, em 1962, tinha o objetivo de apurar irregularidades no extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Esse foi o contexto que motivou a expedição realizada pelo procurador Jader Figueiredo, que produziu o relato de 7 mil páginas que inclui o roubo de terras indígenas, tortura e extermínio de tribos inteiras no Brasil durante o período da ditadura militar.

CONT.



“O que estamos vendo acontecer agora no Mato Grosso do Sul é reflexo do que foi feito pelo Estado sobre terras indígenas”, comentou o pesquisador Marcelo Zelic, coordenador do projeto Armazém Memória, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais. Foi Marcelo Zelic quem encontrou o Relatório Figueiredo no Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

O documento, que se julgava ter sido destruído em um incêndio no Ministério da Agricultura, em junho de 1967, relata métodos cruéis de tortura praticados contra índios com o apoio do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão criado em 1910, quando várias frentes de expansão para o interior do País promoviam um verdadeiro massacre da população nativa que resistia ao chamado “avanço da civilização”. A informação de que o documento não havia sido destruído foi revelada em abril, pelo jornal O Estado de Minas.

Loteamento

Para Zelic, o relatório contém um conjunto probatório sobre a espoliação de terras no Mato Grosso do Sul. Além dos depoimentos das CPIs, o relatório detalha também como famílias que se tornaram tradicionais no campo se apossaram de terras indígenas.

No caso da Colônia Tereza Cristina, por exemplo, o Relatório Figueiredo contém um mapa da área desenhado pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon no qual consta o nome das famílias que teriam ficado com cada pedaço de terra. Outro documento importante constante no relatório é o pedido feito pelo Estado do Mato Grosso em 1966 (portanto bem antes da divisão entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), para explorar a área “para efeito de colonização estadual e aproveitamento de manancial energético”.

Há também no relatório, inquéritos militares para a apuração de venda ilegal de terras indígenas nos quais agentes públicos eram os acusados.

Outras provas da apropriação de terras indígenas também estão nas cópias do Diário da Justiça, anexado ao relatório, que aponta nome de pessoas que se apropriaram de terras indígenas no Estado.

O SPI era ligado ao Ministério do Interior e funcionou até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O documento leva o nome de seu autor, o procurador Jader de Figueiredo Correia, que morreu em um acidente de ônibus em 1976, aos 53 anos e aponta que o órgão que seria responsável por proteger os índios das violações deu aval para a violência cometida pelas chamadas “frentes civilizatórias”.

Temor de retrocesso

O pesquisador Marcelo Zelic teme que atitudes do governo como a de começar a ouvir as pastas da Agricultura e Desenvolvimento Agrário e Combate à Fome nos processos de demarcações de terras indígenas representem uma mudança de rumo na política indigenista no Brasil. Em depoimento na audiência pública realizada no Senado sobre o relatório, Zelic considerou a mudança um retrocesso.

CONT.



“Retornar a questão da demarcação das terras indígenas e as políticas públicas voltadas aos índios à esfera de influência do Ministério da Agricultura é um enorme retrocesso civilizatório. E é um retrocesso porque, de fato, as barbaridades que se relatam ali, no Relatório Figueiredo, foram monstruosas”, destacou.

“O Ministério da Agricultura, como já mostrou a experiência histórica, possui interesses conflitantes, como uma política pública de respeito à cultura, a recuperação de áreas subtraídas, a demarcação e preservação dessas áreas de existência das populações indígenas do Brasil”, justificou.

Crise

Na semana passada, a ministra Gleisi Hoffmann, voltou a defender que outros órgãos do governo além da Fundação Nacional do Índio (Funai) participem do processo de demarcação de terras indígenas. Atualmente, o decreto que trata do tema diz que a Funai pode solicitar a ajuda de outros órgãos públicos, mas o governo quer tornar obrigatório ouvir também as pastas que tratam do tema agrário e deve regulamentar essas mudanças até o fim desse semestre.

Também na semana passada, em meio à maior crise indígena do governo Dilma Rousseff, a presidente da Funai, Marta Azevedo, deixou o cargo alegando problemas de saúde. Marta pediu para sair após conflitos entre índios terena e fazendeiros no Mato Grosso do Sul, mas também após uma série de posições tomadas pelo Planalto que explicitaram o tom da política indigenista que o governo quer adotar.

O governo também passou a levar em consideração um relatório produzido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que indica que terras no Paraná, que a Funai pretende ver demarcadas não são ocupadas por índios. A questão diz respeito diretamente à ministra Gleisi Hoffmann que é do Estado e que pretende se candidatar no próximo ano ao governo do Paraná.

“Quando a Ministra Gleisi Hoffmann propõe a influência da Embrapa para discutir o papel da Funai, nós estamos voltando a esse passado. Nós não precisamos, pelas histórias que são levantadas, de uma posição que junte os antagônicos para decidir sobre os indígenas”, declarou Zelic.

Na quinta-feira, índios mundurucus se uniram para protestar no Palácio do Planalto contra diversos projetos do governo para a construção de usinas hidrelétricas na Bacia do Rio Tapajós, no Pará e no Mato Grosso. Os índios queriam ser recebidos por Dilma e recusaram uma carta enviada a eles pela Secretaria-Geral da Presidência da República, designada para resolver o problema. Nesta semana, eles invadiram a sede da Funai.

Índios e Funai boicotam audiência pública que discutiu "Paz no Campo"

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 05.12.2013



A audiência contou com produtores e autoridades, mas indígenas não compareceram (Foto: Filipe Prado)

A audiência pública, realizada hoje (05) na Câmara Municipal de Campo Grande, com o tema "Paz no Campo", colocou autoridades e produtores rurais "frente a frente" para tentar pacificar os conflitos. A Funai (Fundação Nacional do Índio) e autoridades indígenas não compareceram a reunião.

A vereadora Juliana Zorzo (PSC) idealizou e presidiu a audiência pública. Ela conta que quer acabar com este clima de guerras entre produtores e indígenas. "Eu quero promover a paz, colocar os fazendeiros e indígenas para discutirem pacificamente e chegarem um acordo".

Foram convidados para a audiência lideranças indígenas e a Funai, que não compareceram ao evento. "Eles foram os primeiros a serem convidados, já tinham confirmados, cerca de 60 indígenas, mas não compareceram. Eles comentaram que foi por ordem da Funai e que não sentariam com os produtores", comenta Juliana.

Para Francisco Maia, presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), os indígenas podem estar traçando estratégias de ataque, por isso não foram à audiência. "A natureza nunca muda. Uns atacam de dia e outros a noite. Eu acho que eles atacam a noite".

Juliana relata que não concorda com a decisão de suspensão do Leilão da Resistência. "Eu acho que não tinha necessidade, pois se os indígenas quisessem fazer um leilão, eles poderiam fazer".

Mas o presidente da comissão de Direitos Humanos da OAB/MS, Joatan Loureiro, diz que a decisão foi correta. "Foi razoável, certa. A segurança pública não pode ser privada, não é desta forma que eles irão resolver a situação, para isso temos as instituições", afirma.

Joatan compara a situação do estado com a Reforma Agrária. "Nós já passamos pelo problema da Reforma Agrária, e parece que o pessoal não aprendeu com isso. Estão passando pelos mesmos problemas", relata o presidente da comissão.



Produtores e indígenas entram em acordo em Miranda

SÍTIO RONDA DO MS, 05.12.2013

Os produtores e a comunidade indígena entraram em acordo onde ambos os lados saíram vencedores

Ontem o MPF (Ministério Público Federal) presidiu uma audiência de conciliação para resolver a situação entre os índios e os produtores rurais da chácara Boa Esperança no município de Miranda – distante 200 quilômetros de Campo Grande.

A chácara possui 9 hectares e no mês de outubro índios Terena da aldeia Moreira entraram na chácara. Numa área de 6 hectares os 2.400 indígenas fizeram o plantio de grãos e criam alguns animais para seu sustento.

De acordo com o advogado dos produtores, Luiz Henrique Eloy, nos 3 hectares restantes da chácara há a sede e uma empresa do proprietário. Em acordo, a sede da fazenda continua do atual proprietário e os índios continuam na área do plantio.

O cacique Paulino Terana, líder da aldeia afirmou que a comunidade está bastante satisfeita, porém eles precisam de mais espaço para acomodar toda a população da aldeia.

MS Notícias



Brasil precisa de regras para artesanato com espécies nativas

SÍTIO ENVOLVERDE, 06.12.2013

Belo Horizonte (MG) – O Brasil é um país extremamente rico em expressões artesanais e a diversidade etnocultural e as inúmeras comunidades tradicionais – de indígenas, caiçaras, ribeirinhas e quilombolas, entre outras – permite o desenvolvimento de um artesanato primoroso em todo o país.

No entanto, a falta de regras para o aproveitamento de recursos naturais na produção do artesanato muitas vezes tem contribuído para a exploração predatória de remanescentes de vegetação nativa em várias regiões pela extração desregrada e insustentável de madeiras, fibras, sementes e outros tipos de matéria-prima. O resultado é a degradação de áreas naturais, de parques nacionais e de outras unidades de conservação no Brasil.

Um dos casos mais graves é registrado entre Porto Seguro, Prado e Itamaraju, no extremo sul da Bahia, região famosa não apenas por ser o local do “descobrimento do Brasil”, mas também por abrigar um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do Nordeste*.

Essa região abastece um tráfico de mais de 30 mil metros cúbicos anuais de madeiras raras da Mata Atlântica. O material é amplamente usado em pratos, tigelas, tábuas de carne, talheres, gamelas, pilões, enfeites ou potes de mel, todos vendidos abertamente em rodovias, feiras populares e lojas nos centros urbanos.

O tráfico se concentra nas porções preservadas das florestas e abre novas frentes de devastação pela busca de árvores de grande porte, muitas ameaçadas de extinção. Jacarandá, pau brasil, parajú, arruda, mussutaiba, arapati e outras espécies têm sido livremente abatidas e transformadas em utensílios domésticos e adornos. Visitantes e turistas geralmente adquirem esses produtos sem consciência do caráter ilegal e destrutivo.

Em vez de ajudar na geração de renda das comunidades, está contribuindo para a exploração predatória e fabricação mecanizada de artefatos, pois não se trata de artesanato, mas de uma indústria que envolve extração ilegal dentro e fora de áreas protegidas e centenas de fábricas clandestinas espalhadas, geralmente, pelos quintais de periferias pobres.

No extremo sul da Bahia, indígenas são responsáveis por menos de 12% da produção, apesar de seu nome ser amplamente usado para driblar a fiscalização. Além de impactos ambientais, o “industrialnato” gera subemprego, sem proteção física ou legal. Um objeto vendido a R\$ 40 em São Paulo geralmente é comprado por R\$ 1 do produtor.

As árvores nativas, por exemplo, deveriam ser mantidas e poderiam produzir sementes para plantios comerciais, com fantástico potencial econômico, ou serem manejadas sob regras que garantam sua manutenção. Enquanto isso, é possível produzir itens de excelente beleza e

CONT.



qualidade com espécies exóticas, desde que seu cultivo não leve à degradação da vegetação nativa ou pressione o dia a dia de populações tradicionais.

Por isso, WWF-Brasil, SOS Mata Atlântica, Grupo Ambientalista da Bahia e Associação Mineira de Defesa do Ambiente estarão presentes na 24ª Feira Nacional de Artesanato (Belo Horizonte/MG) a partir deste sábado (7) defendendo que Governo Federal e Congresso Nacional unam esforços com a sociedade civil para a definição célere, clara e democrática de legislação e regras para garantir a sustentabilidade socioambiental e econômica do desenvolvimento do artesanato nacional com matérias-primas nativas.

* As chamadas Reservas de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento são oito áreas protegidas nos estados da Bahia e do Espírito Santo que mantêm o recorde mundial de mais de 450 espécies de árvores por hectare e foram reconhecidas em 1999 como Patrimônio Natural Mundial pelas Nações Unidas.

** Publicado originalmente no site WWF Brasil.
(WWF Brasil)



MPF/ES entra com ação contra antiga Aracruz Celulose por grilagem de terras públicas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.12.2013

Empresa conseguiu titulação de terras devolutas no Espírito Santo por meio de fraude. MPF pede condenação por danos morais no valor de R\$ 1 milhão

EcoDebate* – O Ministério Público Federal em São Mateus (ES) propôs ação civil pública contra a Fibria S/A (antiga Aracruz Celulose), o Estado do Espírito Santo e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que sejam anulados os títulos de domínio de terras devolutas concedidas pelo governo à Aracruz Celulose, uma vez que o processo ocorreu de forma fraudulenta.

Além da devolução ao patrimônio público das terras obtidas por grilagem, o MPF/ES quer que, uma vez demonstrada a ocupação tradicional quilombola sobre essas terras, seja feita a titulação em favor das comunidades de São Mateus e Conceição da Barra. Por conta da privação do direito de ocupação dessas terras por quilombolas, o MPF/ES pede a condenação da Fibria a reparar os danos morais coletivos dessas comunidades no valor de R\$ 1 milhão.

Liminarmente, a ação busca também a suspensão, no prazo de 30 dias, de qualquer tipo de financiamento bancário do BNDES à Fibria destinado à aplicação no plantio de eucalipto e na produção de celulose em Conceição da Barra e São Mateus. Ainda pede que os cartórios de registros de imóveis da região tornem indisponíveis as propriedades que fizeram parte da negociação fraudulenta.

Investigação

A fraude foi descoberta pela Comissão Parlamentar de Inquérito – “CPI da Aracruz”, criada em 2002 pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales). A CPI constatou um acordo entre a Aracruz Celulose e vários funcionários para que estes requeressem a legitimação da posse de terras públicas estaduais, nos anos 70, a fim de transferi-las à empresa. Eles foram usados como “laranjas”, ao prestarem declaração falsa de que preenchiam os requisitos necessários estabelecidos na Lei Delegada nº 16/67: qualificavam-se falsamente como agricultores, indicavam a área de terra e manifestavam a intenção de desenvolver atividades agrícolas na propriedade.

Após obterem a titulação das propriedades rurais, os funcionários da empresa transferiram imediatamente à Aracruz Celulose o título da propriedade. Na maioria dos casos, o período em que permaneciam no patrimônio jurídico do funcionário da empresa não excedia nem mesmo uma semana.

Para o MPF/ES, está claro que a Aracruz Celulose fraudou a lei vigente à época. Por essa razão,
CONT.



os títulos conferidos aos funcionários da empresa e, posteriormente, transferidos à Aracruz são nulos de pleno direito. A Procuradoria ressalta, ainda, que não há o que se falar em prescrição, pois se tratam de "atos nulos de transferência de domínio de terras públicas praticados de má-fé por particulares, não podendo ser convalidados pelo decurso do tempo".

Financiamentos

Desde o início das atividades de produção e celulose de eucalipto, o grupo Aracruz recebeu apoio financeiro do BNDES. Tais recursos públicos federais, cujo valor ultrapassa R\$ 1 bilhão, foram e continuam sendo destinados ao fomento de atividade em terra pública que, não fosse a titulação fraudulenta operada, seria destinada à concretização de direitos fundamentais dos quilombolas. Por isso, o MPF/ES entende que, caso mantenha o apoio financeiro a essas atividades, o BNDES estará, de forma consciente e deliberada, contribuindo com a violação de direitos ambientais culturais e humanos das comunidades quilombolas.

A ação, assinada pela procuradora da República em São Mateus, Walquiria Imamura Picoli, no dia 20 de novembro, pode ser acompanhada pelo site da Justiça Federal pelo número 0000693-61.2013.4.02.5003.

*Fonte: Procuradoria da República no Espírito Santo

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Sedihc realiza visita técnica a comunidades quilombolas

SÍTIO CASA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO, 06.12.2013

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc) realizou, esta semana, visitas técnicas a municípios do interior do Maranhão. A ação visa tratar dos encaminhamentos surgidos em Audiência Pública para defesa de direitos das comunidades quilombolas da região.

Em Santa Quitéria, representantes do governo municipal explicaram para os técnicos da Sedihc sobre as ações realizadas pela Prefeitura para contemplar estas comunidades, apresentando os projetos que estão sendo desenvolvidos. Uma nova reunião ficou agendada para o dia 14 de janeiro, com o objetivo de consolidar o Termo de Cooperação Técnica entre a Sedihc e a prefeitura municipal.

A equipe da Sedihc visitou, ainda, a comunidade quilombola Panela, que fica situada no município de Milagres do Maranhão, para atendimento de uma solicitação do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania (Cedeprodc). Em reunião com a liderança local, foi apresentada a situação de vulnerabilidade que a comunidade se encontra. A localidade está sem acessos à energia elétrica e saneamento básico, além de passar por conflitos agrários pela posse de terras.

A coordenadora do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Sedihc, Thayane Tavares, destacou a responsabilidade da Secretaria na erradicação das violações de direitos para as comunidades e povos tradicionais do Estado do Maranhão. "Fazemos um trabalho que tem como objetivo desenvolver e verificar a interiorização da política de direitos humanos, avaliando os avanços e impasses e construindo propostas para o seu aprimoramento junto a essa parcela da população, trabalhando de acordo com os eixos do Plano Brasil Quilombola, criado em 2004", ressaltou a coordenadora.

Como encaminhamento, ficou sobre a responsabilidade da Sedihc agendar uma reunião para tratar sobre o fornecimento de energia elétrica para a localidade. Além disso, outros órgãos e instituições governamentais serão acionados a fim de que sejam obtidas resoluções para as demandas. Desde 2011 as comunidades quilombolas são consideradas prioritárias dentro dos programas sociais do Governo Federal, onde se destacam o Plano Brasil Sem Miséria, o Programa Luz para Todos (LPT), o Programa Água para Todos, e o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

Dilma beneficia quilombolas no dia da morte de Mandela

SÍTIO A TARDE, 06.12.2013



Dilma Rousseff abraça Joilson Conceição, membro de comunidade quilombola

A presidenta Dilma Rousseff assinou nesta quinta-feira, 5, coincidindo com a morte do líder sul-africano Nelson Mandela, uma série de decretos para a desapropriação de territórios quilombolas e entregou documentos para a imissão de posse da terra. Na cerimônia, a presidenta avaliou que a regularização fundiária, além de ser uma questão de sobrevivência para as comunidades, é importante para a sua identidade.

Os decretos de imissão de posse atenderá 3.071 famílias, num total de 55.495 hectares, nos estados de Pernambuco, de Minas Gerais, da Bahia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Santa Catarina, do Rio de Janeiro, do Maranhão, do Mato Grosso do Sul, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, de Sergipe, do Tocantins e de Goiás.

As outras comunidades quilombolas beneficiadas pelos decretos são Matões dos Moreira (Maranhão), Grilo, Matão e Pedra D'Água (Paraíba), Lagoa das Pedras Encantadas do Bonfim e Sítio Arruda (Ceará), Bom Jardim (Pará), Grotão (Tocantins) e Capoeiras (Rio Grande do Norte). Durante a solenidade, três quilombos de Sergipe receberam títulos parciais de propriedade.

Em seu discurso, a presidenta também defendeu a implementação de ações afirmativas acompanhadas de políticas de inclusão racial e de regularização fundiária. "Um país verdadeiramente democrático tem de construir uma política, pelo governo e pelos movimentos sociais, em que a cor da pele não é razão para exclusão e discriminação, onde as pessoas sejam diferentes e as oportunidades iguais", defendeu.

Informe de Aty Guasu: Relatos da esposa e filhos (as) da liderança Guarani e Kaiowá Ambrósio Vilhalva

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.12.2013



Aty Guasu informa que no dia 05 de dezembro de 2013 uma comissão da Aty Guasu registrou os relatos da esposa e filhos (as) da liderança Guarani e Kaiowá Ambrósio Vilhalva. Parte do resultado da investigação da Polícia Civil evidencia que os assassinos do Ambrosio não foram os indígenas. Justiça liberou o sogro de Ambrosio. Os suspeitos indígenas provaram para justiça que assassinos não são indígenas. Assim, o mistério e as perguntas permanecem no ar. QUEM MATOU O LÍDER AMBROSIO? QUEM MANDOU MATAR O AMBROSIO?

Importa destacar que a viúva do Ambrosio assume a liderança de frente do tekoha Guyra Roka-Caarapó-MS. Ela declara que vai continuar a luta do Ambrósio pela demarcação da terra indígena Guyra roka. "Eu lutei arduamente do lado de meu esposo Ambrosio e com os meus filhos (as) há mais de 30 anos." "Meu esposo foi morto por lutar pela demarcação das terras tradicionais". "A luta e o sonho de meu marido Ambrósio é somente a recuperação do nosso tekoha para as crianças". "Por que mataram o meu marido?". "Ele nunca fez coisa errada", "somente um homem sofrido e lutava pela bem viver de nossa família e comunidade". "Mataram covardemente meu esposo, eu fiquei com os meus filhos e minhas filhas". "Vou levar para frente a nossa luta pela demarcação de nossa terra Guyraroka".

"No final de mês de novembro, quando o meu esposo Ambrosio recebeu a ameaça de morte na estrada, ele falou para mim", "se eu for morto você continue lutando pela terra é para nossos



CONT.

filhos e para povo Guarani e Kaiowá”. Relembra a viúva. Assim, a viúva assume a liderança da comunidade Guyra roka. Ela revela que seu esposo estava sofrendo constantemente a ameaça de morte por lutar pela demarcação de terra, e por denunciar a plantação de cana de açúcar; ela reproduz a narração do Ambrosio que contou para ela: “os dois homens me cercaram na estrada, ali na encruzilhada das fazendas e prometeram que logo vão me matar”. É importante destacar que no final de mês de novembro de 2013, o líder Ambrosio foi abordado na estrada e recebeu a ameaça de morte, afirma a viúva.

A viúva relembra que no dia 01 de dezembro, à noite por volta das 19 horas, o Ambrosio viu mais de dois homens mascarados e estranhos passando com pressa perto de nossas barracas, pela trilha. “Antes de atacar, ferir e esfaquear o meu esposo Ambrosio, ele contou e garantiu para mim que ele viu mais de dois homens perto de nossa barraca”, recorda a viúva. “Achei que fossem os meus parentes que estavam passando por ai, mas depois entendi que eram homens desconhecidos sim”. “Já por volta das 20:30, antes da chegada de temporal e chuva forte, o Ambrosio falou me que vai verificar rapidinho um movimento estranho e vozes que havia escutado na entrada de nossa barraca”. “Ele pegou bicicleta e saiu sozinho para verificar o barulho das pessoas que estava na entrada do acampamento”. “Depois de 20 minutos eu ouvi uma voz e grito meio desesperada na estrada perto da nossa barraca, nesse momento também começou a cair chuva, relâmpago e ventania”. “Saí da barraca, com a luz de relâmpago vi grupo de homens em círculo que parecia que estava se abraçando”. “Não imaginei que fossem os assassinos de meu esposo”. “Quase fui ve-los”, “mas por causa da chuva forte e retornei ao interior de nossa barraca”. “Passados mais ou menos 10 (dez) minuto, o Ambrosio com pressa entrou na barraca e se segurou na parede da barraca”. “eu sem ver o ferimento e sem saber do ataque ao Ambrósio, deitada na cama, perguntei a ele quem seria os homens que estavam na estrada no meio da chuva”. “Diante disso, ele tentou falar, mas já estava sem voz e caiu no chão, sem mais falar comigo”. “Ele não conseguiu contar quem estava na estrada, nem contou quem foi o autor ou autores do crime”. “ levantei da cama e acendi o fósforo e lamparina no momento que vi o sangue no rosto e no pescoço do Ambrosio, muito assustado, gritei, gritei, acordei os meus filhos (as), minhas irmãs, eles (as) acordaram e observamos que o meu esposo já estava sem vida”. “Gritamos e gritamos pedindo socorro enquanto isso chuva continuava”. “No meio da chuva tentamos fazer ligação para equipe da Saúde Indígena da SESAI, FUNAI, Polícia que estão localizadas mais de 40 km, mas não conseguimos nos comunicar com ninguém”. “Somente às 6 horas da manhã, comunicamos à SESAI que foi e chegou à área com a polícia civil”.

Diante desse fato acontecido, todos assustados, apavorados os parentes do Ambrosio começaram indicar os suspeitos que seriam supostamente os indígenas, por isso Polícia Civil começou a deter e encaminhar os indígenas (até o sogro do Ambrosio) suspeitos indicados à delegacia, mas três dias depois de investigação policiais, ficam evidentes que os assassinos do Ambrosio não foram os indígenas do acampamento Guyra Roka. Todos os indígenas suspeitos detidos provaram aos investigadores policiais e à justiça que não foram os indígenas. No momento do assassinato do Ambrosio, os seus parentes e seus companheiros de luta estavam em suas barracas. Assim a justiça liberou os indígenas suspeitos. Os indígenas detidos se encontram constrangidos, indignados e pedem que seja investigado e esclarecido o autor e mandante do crime e assassinato de líder Ambrosio Vilhava.

CONT.

A viúva está com muito medo e preocupada com a segurança de suas famílias e comunidade, ela relatou que já passou a sofrer a nova ameaça de morte por assumir a liderança de frente, o lugar de seu esposo Ambrosio.



"Há rumores por aqui que eu serei a próxima vítima de violência". "Contaram para mim que logo eu serei assassinado de forma similar ao meu marido Ambrosio, quero contar para todos (as)". "Os assassinos desconhecidos assassinaram o meu marido por causa de nossa luta pela terra". "Fico eu, sou uma viúva guerreira Guarani e Kaiowá, com os meus filhos (as), vou continuar lutando pela demarcação do tekoha Guyra roka, o meu esposo Ambrosio está comigo com certeza, sei disso e sua alma lutará sempre ao meu lado, a luta dele não morreu porque a luta de nosso povo Guarani e Kaiowá". Esse é resumo dos relatos da viúva/esposa do líder Ambrosio Vilhalva.

Diante dos relatos da viúva, nós lideranças da Aty Guasu solicitamos a investigação do assassinato do Ambrosio pela Polícia Federal, visto que Ambrosio foi morto na área em litígio.

Aguardamos a posição das autoridades federais.

Tekoha Guyra Roka, 05 de dezembro de 2013.



A propósito da proposta de mudança na sistemática de demarcação das terras indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.12.2013

CIMI – Propor mudanças na sistemática de demarcação das terras indígenas, caso da minuta apresentada pelo Ministério da Justiça, é a resposta do governo aos seus aliados do agronegócio. Como ele não pode renunciar publicamente ao seu dever constitucional, a saída encontrada foi criar um imbróglio capaz de assegurar que em tempo algum tenha que decidir sobre a declaração dos limites de uma terra indígena, sobretudo se a delimitação contrariar os seus amigos latifundiários. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) repudia a tentativa do governo de publicar tal portaria.

O governo FHC, com o Decreto 1775/96, já havia feito um movimento semelhante trazendo para a via administrativa o chamado “direito ao contraditório” no procedimento demarcatório das terras indígenas. O argumento usado para tentar convencer os povos indígenas dessa mudança foi o de evitar as ações na Justiça e, em consequência, agilizar a demarcação das terras indígenas. Aconteceu o contrário. Proliferaram as ações na Justiça. Curiosamente o argumento do governo atual e suas motivações são exatamente os mesmos.

Por isso é perfeitamente compreensível a indignação das lideranças indígenas diante do cinismo governamental que tenta enganá-los pela segunda vez com os mesmos argumentos mentirosos. Não precisa ser nenhum expert para perceber que a demarcação das terras indígenas envolve a disputa entre interesses por um lado e direitos por outro, irreconciliáveis, e se o governo propõe a mudança na forma da demarcação das terras para atender a reivindicação dos ruralistas, ele o faz de forma consciente para impor perdas aos povos indígenas.

O governo adotou como estratégia usar as terras indígenas como moeda de troca nas suas negociações políticas. Os povos indígenas, através da mobilização, têm sistematicamente se oposto e inviabilizado esta prática e por isso vêm criando constrangimentos ao governo na relação com seus aliados. Com a proposta de mudança na sistemática de demarcação das terras indígenas e com a Portaria 303, da AGU, o governo sinaliza para estes aliados que continua disposto a honrar os compromissos firmados.

Os interlocutores do governo com o movimento indígena e popular, para desmobilizar a luta, enchem a boca para afirmar que se trata de “uma decisão de governo” um grande empreendimento aqui ou acolá, sobretudo dos PAC’s, fazendo crer que é irreversível e o negócio é um só: aceitar. Com as usinas hidrelétricas têm sido assim: haja o que houver, mesmo criando problemas para os povos e comunidades locais, destruindo o que tiver que destruir. Se as comunidades resistem, ou trabalhadores entram em greve, o governo age com a Força Nacional de Segurança.

Não é este o discurso que o governo adota quando se trata de garantir os direitos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222 / 2013

Brasília, 06 de dezembro de 2013.

constitucionais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Não existe “uma decisão de governo” para dizer aos defensores do latifúndio, da concentração da terra, do desmatamento, do uso indiscriminado de agrotóxicos, dos alimentos transgênicos que mesmo que “chova canivete” fará respeitar o direito sagrado a terra destes povos e comunidades.

O comprometimento desse governo com a lógica da exploração e acumulação chegou a tal ponto que já não percebe o absurdo de sua proposta e o quanto é desprezível e mesquinha a tentativa de convencer os povos indígenas a aceitá-la. A arrogância venceu o medo.

Brasília, 05 de dezembro de 2013

Conselho Indigenista Missionário – Cimi



Ministro promete a lideranças indígenas discutir consulta sobre mudança em demarcação

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.12.2013

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse nessa quinta em uma reunião com 68 líderes indígenas de todo País, que aceita discutir uma consulta com os povos indígenas sobre a proposta de mudanças dos procedimentos de Terras Indígenas (TIs). A informação é de lideranças que participaram do encontro

Oswaldo Braga de Souza - Instituto Socioambiental – Isa

Há duas semanas, Cardozo afirmou à imprensa que publicaria a portaria com as alterações “em um curto espaço de tempo, com acordo ou sem acordo”. Na terça (3/11), o ministério já tinha publicado uma nota afirmando que “está recebendo contribuições de indígenas e entidades indigenistas, órgãos governamentais e associações de agricultores” sobre a proposta.

Apresentado na semana passada, o texto cria uma série de entraves burocráticos aos processos de demarcação, que, na prática, deverá inviabilizá-los. A ideia é incluir representantes dos governos estaduais e municipais e de vários órgãos públicos logo no início do procedimento.

“Hoje, o ministro já disse que se abre para o diálogo e as contribuições e aceitou esse processo de conversa”, informou Sônia Guajajara, da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). “Não temos pressa. Já que vamos conversar, eles têm de obedecer o nosso tempo”, afirmou.

A reunião entre Cardozo e os líderes indígenas ocorreu depois que quase 1,5 mil indígenas protestaram, ontem, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, contra a proposta. Os índios ocuparam a entrada do Palácio do Planalto e pararam o trânsito na região.

Ainda segundo as lideranças indígenas, o acordo firmado na reunião é de que o próprio ministro esclarecerá dúvidas sobre a proposta da portaria, na semana que vem, numa reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). A ideia é que seja discutida no colegiado uma metodologia para a consulta, incluindo quando, onde e quem irá participar dela.

Segundo Sônia Guajajara, a proposta do movimento indígena é que seja realizado um “processo amplo de consulta às bases”, nos moldes previstos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incluindo oitivas nas esferas local, regional e nacional. A convenção foi ratificada pelo Brasil e prevê que toda e qualquer medida administrativa ou legislativa que afete territórios indígenas seja precedida por uma consulta às populações afetadas.



Parlamentares verificam situação da TI Raposa Serra do Sol 5 anos após a retirada de não-índios

SÍTIO ROLNEWS, 06.12.2013

Cinco anos após a retirada de não-índios da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, uma comitiva de três deputados da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara e da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas irá à região, com apoio da Força Aérea Brasileira (FAB), verificar as condições de vida nas comunidades, a maioria delas do povo Macuxi.

Na Terra Indígena Raposa Serra do Sol vivem cerca de 20 mil índios. São 194 comunidades que abrigam, além dos Macuxi, os Taurepang, Patamona, Ingaricó e Wapichana.

“A visita permitirá que, passados todos esses anos, possamos avaliar se as comunidades estão recuperando aspectos socioculturais e ambientais a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal pela manutenção da demarcação em terra contínua e desintrusão da área”, explica o coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, deputado Padre Ton (PT-RO).

A comitiva, integrada ainda pelo coordenador geral do Conselho Indigenista Missionário (CIR), Mário Nicácio Wapichana, terá agenda nesta sexta-feira 6, e durante todo o sábado 7. Além de Padre Ton, estão no grupo os deputados Renato Simões (PT-SP) e Janete Capiberibe (PSB-AP). A deputada Marina Sant’Anna (PT-GO), autora do Requerimento para realização da visita, por motivo de saúde foi impedida de viajar.

Os deputados visitam aldeias da TI Raposa Serra do Sol oito meses após a visita da Comissão da Amazônia, que segundo reportagem do site Congresso em Foco constatou aproximação entre agricultores e indígenas em função da falta de assistência do poder público para que as comunidades possam promover sua sustentabilidade econômica.

“Queremos verificar em que medida isso está ocorrendo, em quanto a desintrusão contribuiu para melhorar a qualidade de vida das comunidades, e se isso não ocorreu como era esperado, o que poderá ser feito para que se possa garantir mais apoio a projetos e assistência à saúde, educação e segurança alimentar”, diz Padre Ton.

Agenda

Nesta sexta-feira, 6, a comitiva terá reunião com lideranças indígenas em Boa Vista, na sede do Conselho Indigenista de Roraima (CIR), com participação de representantes do Ministério Público Federal; Advocacia Geral da União; Universidade Federal de Roraima e outros órgãos governamentais ou não.

No dia 7, sábado, pela manhã, a primeira visita é a Aldeia Tendão de Flexa onde vive a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222 / 2013

Brasília, 06 de dezembro de 2013.

comunidade Amoko Pru. A comitiva desloca-se, a seguir, para a comunidade Barro, na região Surumu, onde fica o Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol. As lideranças indígenas mantêm uma escola que incentiva os jovens indígenas a desenvolverem atividades profissionalizantes voltadas para o atendimento a projetos comunitários. A visita é prevista até 11h45.

Após esse horário, o grupo cumpre a terceira visita na região Serras, onde estão as Comunidades Maturuca e Socó, com duração de três horas de atividades previstas. A quarta e última visita ocorrerá na Região da Raposa, Lago Caracarana, local de recuperação ambiental e de importância cultural e espiritual para os indígenas.

Serviço:

O que

Visita às comunidades indígenas da TI Raposa Serra do Sol, RR.

Quando

6 e 7 de dezembro de 2013 - Chegada da comitiva prevista para às 12h54 desta sexta-feira. As 15 h prevista reunião na sede do CIR – Av. Sebastião Diniz, 2630, bairro São Vicente.

Fazendeiros desafiam Justiça e prometem leilão para bancar luta contra índios, mesmo com multa

SÍTIO AQUIDAUANA ON LINE, 06.12.2013



Durante a Audiência Pública 'Paz no Campo' que iniciou na Câmara Municipal às 14h00 desta quinta-feira (05), o presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Chico Maia, disse que os produtores irão recorrer da determinação judicial que suspende o leilão criado pelos produtores para financiar o combate as invasões de terras por indígenas. O presidente classificou a decisão da juíza da 2ª Vara Federal de Campo Grande, Janete Lima Miguel, como 'emocional'.

"Nós vamos fazer o evento e será dentro da Lei", garantiu Maia na reunião, o que indica que mesmo se não conseguir reverter na Justiça os produtores deverão pagar a multa de R\$ 200 mil estipulada pela juíza na tarde da quarta-feira (04).

O pedido pelo cancelamento do 'Leilão da Resistência' foi ingressado na Justiça pelo Conselho Aty Guassu Guarani Kaiowá e Conselho Terena. Segundo as entidades, que também denunciaram no Ministério Público Federal, os produtores estariam levantando recursos para montar uma milícia que agravaria ainda mais o conflito no campo.

Na tribuna do Plenário Edroim Veredicto, Chico Maia leu uma ata da Polícia Federal em que consta um lista de indígenas apreendidos com armas. O presidente da Acrissul questionou os presentes se documento não seria uma prova de que os índios se organizam em milícias. Ele disse ainda que no panfleto de divulgação do 'Leilão da Resistência' não havia nenhuma insinuação para um incentivo ao conflito armado.

CONT.



Funai restringe entrada de pessoas em área de índios isolados no Amazonas

SÍTIO AMBIENTE BRASIL, 06.12.2013

A Fundação Nacional do Índio (Funai) restringiu a entrada e a permanência de pessoas nas terras indígenas Jacareúba e Katauixi, localizadas nos municípios de Canutama e Lábrea, no Amazonas.

A proibição, assinada pela presidente interina da Fundação, Maria Augusta Boulitreau Assirati, foi publicada no "Diário Oficial" desta quinta-feira (5). A medida entra em vigor a partir da data da publicação e vale por três anos.

A publicação da Portaria nº 1.665 foi confirmada pela assessoria de comunicação da Funai ao G1 na manhã desta quinta. Segundo a decisão, a instituição considera que "o reconhecimento do direito dos índios às terras que ocupam, independente da demarcação", deve ser assegurado. As áreas listadas na publicação abrigam índios isolados, conforme a Fundação.

A Portaria descreve que poderão entrar nas áreas somente funcionários do quadro da Funai ou pessoas autorizadas pela Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados. Ainda segundo a publicação, a restrição não se aplica às Forças Armadas e policiais, que deverão ter a entrada e a permanência na reserva acompanhada por funcionários da Fundação.

A portaria também proíbe a exploração de recursos naturais de qualquer tipo na área. As duas reservas indígenas têm aproximadamente 647.386 hectares e perímetro aproximado de 595 Km.

Autorização de acesso – O acesso às terras será liberado após a pessoa interessada declarar que a Funai não tem responsabilidade por eventuais "danos físicos e materiais sofridos pelo visitante". O visitante também é necessário assinar outra declaração em que assume responsabilidade por danos físicos e materiais causados direta ou indiretamente a bens e pessoas da Funai, dos índios e ao meio ambiente na área da reserva.

A fiscalização será feita pelas equipes da Frente de Proteção Etnoambiental Waimiri, da Funai. (Fonte: G1)



Proposta de mudar demarcação de áreas indígenas não resolve conflitos, diz SBR
SÍTIO AGRONOTÍCIAS, 06.12.2013

Depois que cerca de 1,2 mil índios protestaram nesta quarta, dia 4, em Brasília, contra a iniciativa do Ministério da Justiça de colocar em debate público o esboço de uma portaria ministerial que traz mudanças às atuais regras para demarcação de terras indígenas, o setor ruralista também criticou a proposta.

Embora considere a iniciativa do Ministério da Justiça uma tentativa de regulamentar o processo demarcatório, o presidente da Sociedade Brasileira Rural (SBR), Cesário Ramalho da Silva, considera a minuta um mero paliativo. Para Silva, o esboço já apresentado não resolve o problema da insegurança jurídica no campo e não pode, portanto, ser considerado uma medida efetiva contra novos conflitos entre índios e fazendeiros.

– O debate é bom, mas a proposta (preliminar) que nos foi apresentada não é legal e não resolverá o problema – disse Silva.

Ele destacou que, há meses, os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Casa Civil, Gleisi Hoffmann vêm defendendo mudanças legais que obriguem o governo federal a consultar outros órgãos além da Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre a demarcação ou ampliação de terras indígenas.

Em maio, ao participar de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, a ministra Gleisi disse que a proposta governamental era para melhorar os procedimentos demarcatórios, levando em conta as manifestações da Empresa de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário como forma de minimizar potenciais conflitos.

Apesar das manifestações, o presidente da SBR garantiu que a minuta da portaria apresentada a representantes do setor ruralista prevê a mera consulta aos outros órgãos, mantendo o peso dos estudos de identificação de terras indígenas produzidos pela Funai. É com base nos estudos deste órgão que o Ministério da Justiça e a Presidência da República tomam decisões sobre a demarcação e homologam novas reservas.

– Do jeito como a minuta está, a portaria ministerial mantém as coisas como estão. Instâncias como a Embrapa vão se manifestar, mas não estão recebendo poder de veto [sobre a decisão da Funai]. Apenas consultá-las não muda nada e já dissemos isso ao governo – acrescentou Silva.

O dirigente participou na terça, dia 3, de uma audiência com integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária e com a ministra Gleisi.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222 / 2013

Brasília, 06 de dezembro de 2013.

– O governo tem que enfrentar e resolver essa questão, pois vem anunciando mudanças há meses sem que nada aconteça. Enquanto isso, está perdendo prestígio não apenas entre os produtores rurais, mas entre setores mais amplos, cujos investimentos estão sendo afetados pela insegurança jurídica – finalizou Silva.

Segundo o Ministério da Justiça, a intenção inicial é ouvir índios, entidades indigenistas, órgãos governamentais e associações de agricultores e aprimorar a minuta apresentada justamente para fomentar o debate público.

Em nota, o Ministério da Justiça garantiu que seu principal objetivo é “reduzir a judicialização e agilizar a demarcação de terras indígenas em todo o país”.

Os índios também não ficaram satisfeitos com a iniciativa. Para eles, a lei é clara e estabelece que cabe exclusivamente à Funai orientar o ministro da Justiça e a Presidência da República sobre o reconhecimento das terras antes ocupadas por povos indígenas.

Para os índios, a proposta de discutir mudanças legais e a eventual publicação de uma portaria é uma forma de retardar a criação de novas reservas, o que irá tensionar a situação no campo.

Fonte: Agência Brasil



Demarcação de terras indígenas volta a tensionar relação do governo com ruralistas
SÍTIO PODER ONLINE, 06.12.2013

A Frente Parlamentar da Agropecuária não gostou da minuta apresentada pelo ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) para regulamentar a demarcação de reservas indígenas. A ministra Gleisi Hoffman (Casa Civil) reuniu-se com a bancada ruralista e empresários, mas nada de fechar um acordo. Quem participou descreveu o clima do encontro como “tenso”.

A principal queixa se aplica ao trecho que mantém o protagonismo da Fundação Nacional do Índio (Funai) nos processos de demarcações e não inclui com poder deliberativo outras instituições, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Embrapa.

“Estamos sendo ouvidos pelo governo federal sobre essa questão desde o início do ano e essa minuta vai de encontro com a promessa feita pelo ministro da Justiça, fica parecendo que o governo redigiu essa minuta apenas para mostrar um retorno publicamente. Essas demarcações estão provocando um mal-estar imenso em todo o interior do país e a portaria não resolve o problema da insegurança jurídica da questão”, afirma o presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Cesário Ramalho da Silva.



Em 2014, Funai poderá reconhecer duas comunidades indígenas no Piauí

SÍTIO PORTAL INTEGRAÇÃO, 06.12.2013

Apesar de ter a presença do índio marcante em sua cultura, oficialmente, o Piauí possui apenas um aglomerado indígena Tabajara no município de Piripiri, cidade que já possui um posto da Fundação Nacional do Índio. A Funai pretende realizar um levantamento no Piauí no ano que vem em vários municípios do Piauí para mapear e traçar o real perfil além dos rituais ainda praticados pelos índios no Estado.

Segundo Romeu Tavares, chefe da Coordenação Técnica Local da Funai de Piripiri, há ainda uma solicitação para o reconhecimento de dois outros grupos: um da etnia Cariri, em Queimada Nova; e outro dos Codó Cabeludo, em Pedro II, o que pode ocorrer em 2014.

Entre as cidades a serem pesquisadas estão Campo Maior, Parnaíba, Pedro II, Jerumenha e Queimada Nova. "Vamos nos basear nos dados do IBGE e nos trabalhos encaminhados pela UFPI", informa Romeu.



Indígena dispara flecha e acerta irmão

SÍTIO NOCA, 06.12.2013

O indígena Felipe Tomé Caetano, de 16 anos, sobreviveu após ser atingido por uma flecha, que perfurou seu pescoço, durante uma pescaria. O incidente ocorreu nessa quarta-feira (4), na comunidade indígena do município de Bonfim, região Norte de Roraima. Segundo informações de enfermeiros do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), o rapaz perdeu muito sangue, mas passa bem.

De acordo com informações do Samu, o jovem estava pescando com o irmão, quando ao mergulhar foi atingido com uma flechada na região do pescoço. Segundo familiares da vítima, o autor da ação foi o irmão de Felipe, que alegou que lançou a flecha por engano, pensando que o adolescente era um peixe.

Os enfermeiros informaram que apesar da flecha ter perfurado bastante o pescoço da vítima não acertou a artéria e por isso Felipe passou por uma cirurgia e o estado dele é estável, e não corre risco. O indígena está internado no trauma do Hospital Geral de Roraima e o tempo todo ficou consciente.

Fonte: G1



Caciques e diretores debatem educação indígena no Paraná

SÍTIO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 06.12.2013

Caciques e diretores das 37 escolas estaduais indígenas participam nesta quinta-feira (5) e sexta-feira (6), em Curitiba, do primeiro Encontro de Gestão Escolar com Caciques das Terras Indígenas do Paraná. Os líderes debaterão temas específicos da educação e cultura indígena no Estado.

Também serão escolhidos representantes para participar do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Povos Tradicionais. A reunião é realizada pela Secretaria de Estado da Educação, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Direitos Humanos.

De acordo com o coordenador da educação indígena da Secretaria da Educação, Dirceu José de Paula, o encontro avalia o alcance das políticas públicas implantadas pelo Governo do Estado. "Ao mesmo tempo ouvimos os caciques e diretores para sabermos onde estamos avançando e o que podemos melhorar", explica o diretor.

O encontro, inédito na rede estadual de educação, vai proporcionar aos diretores e técnicos pedagógicos dos Núcleos Regionais de Educação instrumentos para a elaboração da proposta pedagógica que preserve a cultura indígena. "É o primeiro passo para construirmos um plano pedagógico para uma escola indígena que preserve e viva a cultura indígena", lembra Renato Moraes, líder da terra indígena de Mangueirinha.

Para a diretora Nilza Maria Rodrigues, da Escola Estadual Indígena Tapé Aviru, em Campo Mourão, na região central do Estado, esse diálogo demonstra a atenção do Governo do Estado com os povos indígenas do Paraná. "Estávamos esperando esse debate há muito tempo. Com esse encontro poderemos trabalhar a educação indígena, ensinada dentro das comunidades, com o conhecimento científico. O governo estadual faz sua parte, dando estrutura e apoio para que esse trabalho seja desenvolvido dentro das comunidades indígenas no estado", destaca a diretora.

Também será debatido o Plano de Ações Descentralizadas (PAD), Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Processo de Seleção Simplificada (PSS).

REDE – A rede estadual de educação atende cerca de 4.500 alunos das etnias guarani, caingangue e xetá em 37 escolas distribuídas em 26 municípios. Desde 2011, o Governo do Paraná entregou 11 novas escolas indígenas. Outras duas estão em fase de conclusão em Paranaguá, no litoral, e em Inácio Martins, na região Centro Sul do Estado.

Em 2013, foram diplomados 66 formandos docentes indígenas, que estão lecionando na educação infantil das escolas indígenas de suas etnias. São 111 professores indígenas atuando em suas comunidades. "Hoje temos uma formação crescente de professores indígenas, com material escolar específico e novas escolas que estão aumentando a oferta da educação escolar

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222 / 2013

Brasília, 06 de dezembro de 2013.

indígena no Paraná. Isso demonstra o respeito e o empenho do governador Beto Richa com os povos indígenas”, conta Dirceu.

Todas as escolas indígenas no Paraná recebem semanalmente produtos frescos para a merenda escolar oriundos da agricultura familiar. Com mais variedade, escolas mantêm viva a culinária de suas comunidades através de pratos típicos que são preparados pelas merendeiras que também são indígenas.

JUSTIÇA - Serão escolhidos os dois representantes indígenas que vão participar do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. A lei sancionada pelo governador Beto Richa constitui no trabalho conjunto intersecretarial e outros órgãos do estado garantindo o acesso às políticas públicas a essas comunidades.

Operação Envira

SÍTIO A TRIBUNA, 06.12.2013



A terra indígena da etnia kampa (ashaninka) e dos índios isolados, de etnia desconhecida, do Rio Envira, na região do município de Feijó, na fronteira com o Peru está sendo invadida por pessoas provenientes do Peru, o que provocou uma operação conjunta de homens do Exército, Polícia Federal e Fundação Nacional do Índio (Funai) desde ontem. O objetivo será identificar os invasores e proteger a população nativa.

Batizada de Operação Xinane, a ação do governo brasileiro usa barcos e um helicóptero Black Hawk do Exército e teriam ordem de atirar caso sejam provocados. A ordem é promover uma dissuasão completa para evitar novas invasões, que estão se tornando comum. Acredita-se que os peruanos estejam sendo expulsos de suas áreas por conta da implantação de grandes projetos de exploração do outro lado da fronteira. Segundo o Blog da Amazônia, um relatório de posse de autoridades de segurança acreanas detalha os avistamentos e conflitos ocorridos entre a aldeia Simpatia (da etnia ashaninka) e não-índios. A Funai considera "complexa" a situação de invasões enfrentada pelos povos indígenas, incluindo os índios isolados, que habitam a região da fronteira Brasil-Peru. O último contato teria acontecido dia 29 de novembro e teria sido relatada por indígenas ashaninkas da aldeia Simpatia, que informaram a Funai por rádio. Um índio teria subido o rio Envira e encontrado um grupo de indígenas, provenientes do Peru, além de não indígenas, vestindo camisa branca, bota, chapéu e armados, com aproximadamente 30 pessoas, instalado na capoeira da antiga aldeia Hananeri/Sete Voltas. Segundo os ashaninka, um avião bimotor de cor preta, contendo a numeração 9 e 10 teria sobrevoado sistematicamente a aldeia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222 / 2013

Brasília, 06 de dezembro de 2013.

No Vale do Alto Juruá, ao longo da fronteira internacional dois países e de suas proximidades, existem oito terras indígenas, que formam um mosaico territorial com extensão total de 962,7 mil hectares. Reconhecidas pelo governo federal, as terras constituem, segundo o Blog da Amazônia, territórios de moradia de vários povos indígenas como kaxinawá, ashaninka (kampa), madija e isolados, de etnia desconhecida.



Formação Indígena é discutida em mesa redonda do Profebpar em Imperatriz
SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 06.12.2013

O evento reuniu estudantes e professores de Imperatriz, Grajaú e outras localidades



IMPERATRIZ - Foi realizada na última segunda-feira (2), na Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) de Imperatriz, uma mesa redonda com o tema Educação Escolar indígena e Formação de Professores. O evento foi organizado pelo Programa de Formação de Professores para Educação do Plano de Ações Articuladas (PROFEBPAR) em Imperatriz, e tinha como proposta discutir a educação escolar indígena fazendo uma articulação com a formação de professores.

O PROFEBPAR foi criado em 2009 e atua em mais de 40 municípios do Maranhão, possuindo mais de 2000 alunos.

Oferece qualificação aos professores da rede municipal da Educação Básica que trabalham na área e não têm curso superior. O polo PROFEBPAR de Imperatriz possui atualmente uma turma de alunos, duas em Bom Jesus das Selvas, cinco turmas na cidade de Grajaú e três turmas em Lago da Pedra.

Integraram a mesa-redonda o co-fundador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), diretor-presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisa (CINEP) e professor do Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Gersem Baniwa; o professor da UFMA, José Bolívar Paredes; o representante indígena e também professor, José Arão Guajajara; a Coordenadora adjunta do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), São Luís, Eliane Oliveira Rocha e a coordenadora do polo PROFEBPAR de Imperatriz, Késsia Moura.

Durante a mesa, os convidados falaram sobre a necessidade de sensibilizar os professores desta região a contemplar as especificidades da educação indígena. O professor Gersem Baniwa fez um apanhado sobre educação indígena a nível nacional e sobre os princípios norteadores para a formação desses professores especificamente. "É preciso que se pense os professores indígenas enquanto profissionais multiculturais, multifuncionais e multilinguistas", explicou.

O professor da UFMA, José Bolívar, ressaltou a obrigação das instituições de ensino em oferecer educação de qualidade e inclusiva: "É necessário garantir educação para índios, quilombolas, para nós, para todos", afirmou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222 / 2013

Brasília, 06 de dezembro de 2013.

O evento reuniu professores da rede de ensino de Imperatriz e estudantes do PROFEBPAR de Imperatriz, Grajaú e outras localidades. Após as discussões foram lançadas propostas para resolução dos problemas enfrentados pelos indígenas.

Acadêmicos indígenas da Ufac apresentam TCC no Campus Floresta
SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, 06.12.2013



O curso de Formação Docente para Indígenas, coordenado pela professora Valquíria Garroti, deu início nessa quarta-feira, 31, às atividades do "Seminário de Trabalho de Conclusão do Curso Superior para Docentes Indígenas", no Campus Floresta da Universidade Federal do Acre (Ufac), em Cruzeiro do Sul.

No primeiro dia, foram apresentados três Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) pelos discentes indígenas. João Sebastião Popi Manchineri apresentou seu trabalho de pesquisa "O Livro do Kashri-Twa Kashri: O Arco e a Flecha" na cultura dos Manchineri, através do qual procurou reavivar a memória dos jovens e adultos que, no decorrer dos tempos, têm esquecido ou abandonado a tradição dos antigos Manchineri no fabrico e na arte do arco e da flecha. Leila Silva de Souza Nukini, Cláudia Cordeiro Machado e Josimeire Cordeiro Machado elaboraram uma "Cartilha de Alimentação Tradicional do Povo Nukini" e Júlio Raimundo Jaminawa apresentou o trabalho "Usi Nameash Viana: Somos Casados de Várias Etnias".

Segundo João Sebastião Popi Manchineri, seu trabalho de pesquisa buscou "complementar e transformar o conhecimento e a prática tradicional do povo Manchineri em registros usuários e estudos sobre o uso e confecção do arco e flecha, junto aos alunos da aldeia onde trabalhamos. Além disso, do ponto de vista mais amplo da metodologia, fizemos reuniões na comunidade para a preparação das atividades de resgate e revitalização das práticas do arco e flecha. Atividades teóricas foram feitas, centradas na leitura de livros e, junto aos anciãos da aldeia, fizemos as práticas de campo com a participação dos alunos", concluiu o discente indígena da Ufac.

CONT.



Na “Cartilha de Alimentação Tradicional do Povo Nukini” as discentes pesquisadoras destacaram casos em que seus entrevistados apontaram a ação da comida como medicamento ou, em alguns casos, auxiliares no desenvolvimento da memória, no auxílio da impotência sexual, ou na ação como anti-inflamatório. Já no trabalho “Usi Nameash Viana: Somos Casados de Várias Etnias”, Júlio Raimundo Jaminawa fala sobre o casamento interétnico e organização social. “Acredito que este trabalho é de grande importância para o meu povo e será uma ferramenta que vai estar disponível para os jovens e para todos. Nesse trabalho, eu explico algumas partes do conceito de casamento interétnico. Falo também sobre as formas Jaminawa de viver na sociedade”, explicou.



Os dois primeiros trabalhos foram orientados pela professora Simone de Souza Lima e contaram com a contribuição dos professores Manoel Estébio Cavalcante e Amilton Pelegrino. Segundo o professor Manoel Eustébio, os trabalhos revelam, de algum modo, os intercâmbios culturais com o altiplano peruano. O último trabalho foi orientado pelo professor Marcos de Almeida Matos e teve, na banca examinadora, os professores Andréia Martini e Leonardo Lessin.



Os inimigos do MS

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 06.12.2013

Com a omissão do Governo Federal o Leilão Resistência com Paz no Campo vai estabelecer condições de evitar confrontos.

A posse de Terras Rurais transformou-se em degrau e apelo político para pretensos líderes de diferentes classes sociais.

O Mato Grosso do Sul nessa Questão é um barril de pólvora, onde cidadãos oportunistas estão se abrigando em trincheiras ideológicas visando 2014. A sublime ação de ser "produtor rural" foi transformada e transfigurada por inimigos do MS, um estado rural, do qual faço parte com muito orgulho verde e amarelo.

Tentam rotular os produtores de alimentos como invasores de terras. Em 1.500 o Brasil foi descoberto, sendo bem ou mal foi colonizado pelos Europeus.

A sociedade foi se organizando e registrando as primeiras Constituições. A realeza e as Capitâneas Hereditárias, hoje apenas fazem parte da História. As sedes daqueles feudos agora são grandes cidades progressistas como São Paulo, Rio, Recife e Salvador por exemplo. Todas elas eram habitadas por tribos indígenas, Tamoios, Tupinambás, Tupiniquins, Tupis, e muitas outras, sem que sejam atualmente consideradas terras indígenas.

Os descendentes daqueles nativos do "litoral" que do alto da copa das árvores assistiram a Primeira Missa, estão integrados na sociedade e fazem parte do povo brasileiro.

Copacabana, Ipanema, o Vale do Anhangabaú, o Viaduto do Chá e outros, com os metros quadrados mais caros do Brasil eram habitados pelos indígenas. O País tornou-se independente e soberano, regido pela Carta Magna da Nação. A Questão Fundiária foi se aperfeiçoando e modernizada em módulos, com o Estatuto da Terra regendo o aproveitamento e o uso racional e social da propriedade.

Cumprindo a Constituição criaram-se os Centros Urbanos, Suburbanos e Rurais.

Só é dono quem registra é o slogan estampado na capa dos Documentos, tanto urbanos quanto rurais.

Em tempos modernos criou-se o IBDF, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, regulamentando os passos da exploração das Matas.

Atualmente o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária fiscaliza e faz cumprir o uso dos solos brasileiros. As terras aqui do Sul Fronteira foram medidas novamente por Engenheiros credenciados pelo Órgão Federal e suas posses geo-referenciadas e ratificadas.

CONT.



E talvez poucos saibam que, os proprietários rurais do MS, por Lei preservam em vegetação natural e primitiva vinte por cento da área da propriedade, além de matas ciliares nos rios, córregos e nascentes de água. Portanto, é obrigado a doar essa parte de seus Bens para toda a sociedade respirar nas cidades poluídas. Já, os proprietários urbanos não tem essa obrigação social, podendo construir e aproveitar a totalidade da área de seus terrenos, asfaltar suas Ruas e violentar as margens dos córregos, inclusive aterrando os alagados e vertentes de água.

A agricultura mecanizada iniciada em 1970 pelos colonos sulistas, consorciando-se com a produtiva pecuária de corte do sul do então MT ainda unificado, instituiu o "agronegócio" que após poucos anos de atividades em 1977 criou e fez crescer o MS. O comercio da compra e venda de áreas rurais redimensionou as propriedades, acabou com terras improdutivas que atualmente estão adequadas para produzir alimentos exportando excedentes que com commodities sustentam a economia sul-mato-grossense e brasileira.

Senhores políticos, religiosos, assalariados e empresários, cidadãos urbanos e rurais, por enquanto a única fonte de renda relevante do MS é resultante desse setor primário.

No entanto, vivemos um estado de beligerância criado pelos últimos governantes federais, incitando a guerra nas diferentes classes sociais, notadamente entre negros e brancos, filhos contra os pais, empregados contra os patrões e mulheres contra os homens.

Na experiência de meus 78 anos rurais posso afirmar que tenho amigos e ainda alguns compadres "guaranis", índios aldeados na Aldeia Amambay e Taquapiry, e que desde a fase da erva-mate foram parceiros e não inimigos naturais. A modernidade da exploração mecanizada agrícola e a ausência e omissão do Governo na formação técnica profissional dos jovens índios e não índios criaram o quadro atual.

Com tristeza acompanho e constato o desenlace dessas atrocidades patrocinadas pelos inimigos do MS no Poder Federal. O PT que detém a Presidência da Republica e o PMDB com o comando do Senado e da Câmara Federal devem ser responsabilizados. Não esquecendo de alguns nanicos sedentos.

Para um Congresso serio que cumprisse a Constituição na garantia da Democracia, a Questão Fundiária com a violência das mortes e invasões de residências rurais seriam fatores mais que suficientes para a decretação do "impeachment" do Poder Executivo Federal.

Em 2014 o MS não pode voltar a apoiar os seus Inimigos.



UFMG vai selecionar indígenas para curso de formação de educadores na área de matemática

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 06.12.2013

Até 20 de dezembro, permanecem abertas as inscrições gratuitas no site da Comissão Permanente do Vestibular para o processo seletivo 2014 do curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas. Serão oferecidas 35 vagas para a área de Matemática.

Os candidatos devem imprimir o requerimento de inscrição e enviá-lo, juntamente com a documentação especificada pelo edital do concurso, até o dia 23 de dezembro, para Comissão Permanente do Vestibular (Copeve): Unidade Administrativa III – segundo andar – Avenida Antônio Carlos, 6627– Bairro Pampulha, Belo Horizonte/MG, CEP 31270-901.

O curso habilita professores indígenas a atuarem nas escolas, nas séries finais do ensino fundamental e médio, em suas respectivas etnias. Com início no segundo semestre de 2014, o curso será desenvolvido em módulos, com duração de quatro a cinco semanas em tempo integral, no campus Pampulha. Já os intermódulos ocorrerão nas áreas e comunidades indígenas onde os estudantes habitam, ou com as quais mantêm vínculo.

As provas serão realizadas no dia 24 de março, em São João das Missões (MG), Governador Valadares (MG), Porto Seguro (BA) e Angra dos Reis (RJ). Mais informações no Setor de Apoio ao Candidato nos seguintes telefones: 3409-4408 e 3409-4409.



Avião que caiu no Pará era de Imperatriz

SÍTIO CÉLIA FONTINELE, 06.12.2013

Família indígena e mais o piloto e co-piloto morreram.

Três índios Kaiapó, o piloto e o co-piloto morreram durante a queda de um avião bimotor em Novo Progresso sudoeste do Pará. A aeronave teria caído após decolar da aldeia Pukanu.

O avião da empresa imperatrizense Heringer Táxi Aéreo informou que só vai se posicionar quando a Força Aérea Brasileira (FAB) falar sobre o acidente. De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a situação da aeronave estava regular.

A Inspeção Anual de Manutenção (IAM) e o Certificado de Aeronavegabilidade (CA) estavam em dia. Os índios iriam viajar para realização de atendimento médico. De acordo com a Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casai), os corpos do piloto e co-piloto, devem ser enviados para Brasília e Belo Horizonte. Já os indígenas devem ser levados para as aldeias Pukanu e KBK.

O Ministério da Saúde lamentou em nota a morte de três indígenas da etnia Kayapó (uma criança, uma mulher e um homem adulto) e dois tripulantes que estavam em avião. Segundo o Ministério, eles embarcaram na aeronave com destino a Novo Progresso-PA para que a mulher indígena recebesse atendimento médico de urgência.

Após a decolagem na Aldeia Pukanu ocorreu o acidente. Ainda de acordo com o Ministério da Saúde, já foi providenciado o deslocamento para a aldeia no Pará de quatro representantes da etnia Kayapó que participam da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em Brasília.



Servidores temem que Conferência Nacional de Saúde Indígena não discuta soluções para reestruturar Sesai.

SÍTIO ASMETRO, 06.12.2013

Esta semana está sendo realizada a Conferência Nacional de Saúde Indígena em Brasília. Aproveitando a oportunidade, a Condsef promoveu uma reunião com trabalhadores da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) que participam do evento. Os relatos da categoria são preocupantes. Até agora a conferência não abriu espaço para debater nada sobre força de trabalho, concurso e consolidação de políticas consistentes para a necessária estruturação da Sesai. Os trabalhadores temem que este seja apenas mais um espaço para discutir temas de exclusivo interesse do governo. A Sesai possui hoje cerca de 2.200 servidores concursados, enquanto mais de 13 mil que compõem o quadro funcional da secretaria é de terceirizados.

Essa discrepância já foi tema de um termo de ajuste de conduta assinado entre o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério Público para substituir terceirizados por concursados. No entanto, essa substituição ainda não ocorreu. A categoria está preocupada com as dificuldades de conduzir esses debates junto ao governo. Além da substituição de terceirizados por concursados, temas como condições de trabalho, respeito aos direitos dos servidores, combate ao assédio moral e garantia de estruturação remuneratória adequada estão entre prioridades da pauta do setor.

Além disso, os servidores da Sesai aguardam a consolidação de uma promessa feita pelo atual secretário Antônio Alves de implantar uma gratificação específica para a categoria. A proposta chegou a ser protocolada, mas é outra que ainda não saiu do papel. A Condsef espera levantar todos esses assuntos em uma reunião com representantes do MS que está pré-agendada para o próximo dia 19. Todos esses temas também serão objeto de debates intensos durante o Congresso da Condsef que acontece entre os dias 11 e 15 deste mês em Beberibe (CE).